



Contratação Pública

Ação de Formação Contínua Tipo A

Lisboa ▪ 7 de dezembro de 2018 ▪ CEJ, Auditório do CEJ

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense

Objetivos:

Promover a análise e o debate de algumas das questões com que os tribunais administrativos têm vindo a ser confrontados quer no domínio da formação quer no domínio da interpretação, validade e execução dos contratos públicos, em particular na sequência das novas diretivas europeias de contratação pública, de fevereiro de 2014, e da sua subsequente transposição para o ordenamento jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro (que alterou o CPTA), e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que alterou o Código dos Contratos Públicos.

Manhã

- 09h30** **Abertura**
Direção do Centro de Estudos Judiciários
- 9h45** **A decisão de não adjudicação e a caducidade da adjudicação**

João Pacheco de Amorim, Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- 10h45** **Avaliação das propostas: o critério da proposta economicamente mais vantajosa**

Raquel Carvalho, Professora da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa
- 11h45** **Esclarecimentos, rectificação e alteração das peças procedimentais**

Vera Eiró, Professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
- 12h45** **Debate**

Moderação: **Ricardo Oliveira e Sousa, Juiz de Direito, TAF do Porto**
- 13h00** **Pausa**

Tarde

- 14h30** **O preço ou custo anormalmente baixo – o esclarecimento justificativo da sua apresentação**

Pedro Fernández Sánchez, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 15h30** **Esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas e candidaturas**

Luis Verde de Sousa, Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 16h30** **Debate**

Moderação: **Fernando Vitorino Seixas Queirós, Procurador da República no TCA Norte**